



Anais da Assembléia

N. 93

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 80.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Mário Pereira e Basílio Zanusso.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA -(Pela Ordem)- Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

36 Senhores Deputados responderam a chamada. Existe "quorum" para deliberação.

A Presidência irá proceder a verificação de votação da Ata atendendo solicitação do Senhor Deputado Antonio Belinati.

(É procedida a verificação de votação).

30 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Está aprovada a Ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO- procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

mensagens:

MENSAGEM 157/85 Prop. 137/85

Curitiba, 04 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio SINE/Mtb 22.14/85, celebrado em 22 de fevereiro de 1985, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Trabalho, com a interveniência da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, da Secretaria de Emprego e Salário e da Delegacia Regional do Trabalho- DRT/PR, com vistas à implementação do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 158/85 Prop. 138/85

Curitiba, 04 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 25 de janeiro de 1985, entre o Estado do Paraná e a Telecomunicações Brasileiras S.A., com a interveniência da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio do Paraná, objetivando:

a) a cooperação técnico-administrativa entre o Centro de Pesquisas e Desenvolvi-

mento da TELEBRÁS e o Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR;

b) a cooperação entre a TELEPAR e as entidades ligadas ao Governo do Estado do Paraná, no que toca ao desenvolvimento de recursos humanos na área gerencial;

c) a cooperação entre a TELEBRÁS, através do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento e da TELEPAR, e a Secretaria da Indústria e do Comércio, no que diz respeito ao desenvolvimento de fornecedores de produtos de telecomunicações no Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA.

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

159
MENSAGEM N. 158/85. *Dep. 139/85*
Curitiba, 04 de setembro de 1985.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do protocolo de cooperação celebrado em 1.º de março de 1985 entre o Estado do Paraná e o Estado de Mato Grosso do Sul, com a interveniência das respectivas Secretarias da Indústria e do Comércio, objetivando a cooperação técnica entre os signatários com vistas à execução de um Programa de Implantação e Microdestilarias de Alcool no Estado de Mato Grosso do Sul.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

140
MENSAGEM N. 160/85. *Dep. 140/85*
Curitiba, 04 de setembro de 1985.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio MIC-CDC/SIC-PR/N.08/85, celebrado em 13 de março de 1985 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, objetivando a coopera-

ção técnico-financeira com vistas a dar continuidade na execução do Projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba"

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

141
MENSAGEM N. 161/85. *Dep. 141/85*
Curitiba, 04 de setembro de 1985.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 10 de junho de 1985 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel, objetivando a cooperação técnica e financeira com vistas à execução do Programa de Microdestilarias de Alcool.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

142
MENSAGEM N. 162/85. *Dep. 142*
Curitiba, 04 de setembro de 1985.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e nas datas abaixo mencionadas, visando a execução do Projeto "Caracterização de Alternativas e Identificação de Oportunidades de Investimentos".

ENTIDADE	DATA
1 - Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel	16.05.85
2 - Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão	24.05.85
3 - Fundação Faculdade Municipal	

- de Administração e Ciências
Econômicas de União da Vitória 10.06.85
- 4 - Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão 17.06.85
- 5 - Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis Ciências Econômicas de Palmas. 21.06.85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 163/85. Prop. 142/85

Curitiba, 04 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e nas datas abaixo mencionadas, visando a execução do Projeto "Pesquisa e Cadastramento Industrial para Elaboração do Catálogo de Produtos Paranaenses".

ENTIDADE	DATA
1 - Fundação Faculdade de Educação Ciências e Letras de Cascavel	27.05.85
2 - Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon	27.05.85
3 - Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo	10.06.85
4 - Fundação Educacional de Foz do Iguaçu	10.06.85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 164/85. Prop. 144/85

Curitiba, 04 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, nas datas e com os objetivos conforme a seguir se menciona:

I - em 27 de junho de 1985, com vistas a estabelecer um plano de cooperação técnica no sentido de desenvolver programas e projetos da Secretaria da Indústria e do Comércio na área de abrangência do Núcleo Regional de Pato Branco; e

II - em 02 de julho, com a participação do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa - SEAG/PR, visando a assistência técnico-gerencial às microempresas localizadas na área de abrangência geo-educacional da Fundação.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 165/85. Prop. 145/85

Curitiba, 04 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 16 de julho de 1985 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, o município de Telêmaco Borba e as Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A., objetivando acelerar a criação de microempresas, identificar oportunidade de investimentos, sensibilizar e motivar lideranças buscando, principalmente, o atendimento local das necessidades de materiais e serviços pela Indústria Klabin do Paraná de Celulose S.A.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 166/85. *Dep. 146/85*

Curitiba, 04 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 18 de abril de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e os Municípios de Bandeirantes, Faxinal, Guaraniaçu, Lunardelli, Pato Branco, Renscença, São Jerônimo da Serra e Tuneiras do Oeste, com a interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem, visando a execução de obras integrantes do Projeto "PROSAFRAS".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 167/85 *Dep. 147/85*

Curitiba, 10 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com a interveniência da Empresa de Obras Públicas do Paraná, objetivando a execução de reparos nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas das Municipalidades adiante mencionadas:

Município - Planaltina do Paraná.

n. e data do aditado - 120/85 - 25/04/85.

n. e data do aditivo - 33/85 - 12/07/85.

Município - Uniflor

n. e data do aditado - 404/84 - 20/11/85.

n. e data do aditivo - 34/85 - 12/07/85.

Município - Santa Mariana.

n. e data do aditado - 463/84 - 28/01/85.

n. e data do aditivo - 35/85 - 12/07/85.

Município - São Pedro do Paraná.

n. e data do aditado - 328/84 - 15/08/84.

n. e data do aditivo - 37/85 - 23/07/85.

Município - Porto Rico.

n. e data do aditado - 329/84 - 15/08/84.

n. e data do aditivo - 38/85 - 12/07/85.

Município - Rolândia.

n. e data do aditado - 395/84 - 20/11/84.

n. e data do aditivo - 40/85 - 02/08/85.

O interesse público da aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 168/85. *Dep. 148/85*

Curitiba, 10 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com a interveniência da Empresa de Obras Públicas do Paraná, objetivando a construção de prédios destinados a abrigar unidades da Polícia Militar nos Municípios adiante mencionados:

Município - Marilândia do Sul.

n. e data do aditado - 20/11/84.

n. e data do aditivo - 30/85 - 20/06/85.

Município - Guaraniaçu.

n. e data do aditado - 433/84 - 20/11/84.

n. e data do aditivo - 31/85 - 12/07/85.

Município - Jaguariaíva.

n. e data do aditado - 433/84 - 20/11/84.

n. e data do aditivo - 32/85 - 12/07/85.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 169/85. *Dep. 149/85*

Curitiba, 10 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios de cooperação técnica e financeira celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública do Paraná, com as partes, datas e objetivos conforme abaixo se menciona:

I - Número 145/85, com o Município de Londrina, datado de 10 de junho de 1985, visando a construção de prédio destinado a abrigar a sede do 1.º Distrito Policial da Municipalidade;

II - Número 144/85, com o Município de Londrina, datado de 10 de junho de 1985, objetivando a construção de prédio destinado a abrigar a sede do 4.º Distrito Policial da Municipalidade;

III - Número 149/85, com o Município de Santo Antônio do Sudoeste, datado de 11 de junho de 1985, com vistas à execução de reparos na Delegacia de Polícia da Municipalidade;

IV - Número 150/85, com o Município de Siqueira Campos, datado de 11 de junho de 1985, objetivando a execução de reparos na Delegacia de Polícia da Municipalidade;

V - Número 152/85, com o Município de Nossa Senhora das Graças, datado de 10 de julho de 1985, com vistas à construção de prédio destinado a abrigar a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública da Municipalidade;

VI - Número 153/85, com o Município de Ponta Grossa, datado de 1.º de julho de 1985, visando a construção de prédio destinado a abrigar a Subdelegacia de Polícia e Cadeia Pública do Distrito de Guaragi, na Municipalidade;

VII - Número 211/85, com o Município de Cidade Gaúcha, datado de 12 de julho de 1985, objetivando a construção de prédio destinado a abrigar o Posto da Polícia Rodoviária, na Municipalidade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RIICHA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n. 195/85, que reestrutura o Quadro de Pessoal deste Poder.

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência, ao Projeto de Lei n. 152/85, de sua autoria, que objetiva tornar de Utilidade Pública o Centro Paranaense de Umbanda, com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 181/84, que denomina a Rodovia 456, "MOACIR JÚLIO SILVESTRE", de sua autoria.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto acima foi protocolado nesta Casa de Leis em data de 25 de setembro de 1984, sob o n. 9177/84.

Em 13 de junho de corrente ano, solicitei a esta Mesa, Regime de Urgência, tendo sido aprovado em 17 de junho do mesmo ano.

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) LEONIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da ORDEM DO DIA, por três sessões do Projeto de Lei Complementar n. 85/84, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Pauta da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 42/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 80/85, que objetiva a criação do Fundo de Apoio ao Desporto Amador - F.A.D.A., com a finalidade de prover recursos para o fomento do desporto amador, através da Coordenadoria do Esporte, da Secretaria de Estado da Cultura e Esportes, baseando-se no Art. 62, do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, de acordo

com o artigo 11 da Constituição do Estado do Paraná e com o artigo 14 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, licença de 15 dias para tratamento de saúde, a partir de 17 de setembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE

LAUDO MÉDICO N. 23/85

Aos dezessete dias do mês de setembro de 1985, a junta Médica infra assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Deputado Tuguio Setogutte, concluiu achar-se o mesmo com 721.1 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte) necessitando de 15 dias de licença, para tratamento.

Curitiba, em 17/09/85.

(aa) Médico Chefe da Junta e Membros
(Assinaturas Ilegíveis).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja autorizado o Deputado PAULO FURIATTI, atual membro da Comissão Especial do CANCRO-CÍTRICO, a participar na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul de reunião sobre assunto do interesse desta Comissão.

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO ZANLORENZI, ocorrido no dia 11 de setembro próximo passado, na cidade de Campo Largo.

Outrossim, solicitamos seja dado ciência à família enlutada na pessoa de sua esposa MARIA CARLOTA ZANLORENZI, na Rua Barão do Rio Branco n. 2061, na cidade de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes contendo votos de pesar, aos Senhores, Vereador SE-

BASTIÃO BEZERRA GUEDES, e NELSON BEZERRA GUEDES, pelo passamento de seu irmão PEDRO BEZERRA GUEDES FILHO, ocorrido na cidade de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, votos de congratulações dirigidos à COAGRU - Cooperativa Agropecuária União Limitada, localizada na Municipalidade de Ubiratã, pela passagem dos dez anos de sua fundação, conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Aureo Zamprônio, Presidente do Conselho de Administração.

Até mesmo muito antes de tornar-se emancipada política e administrativamente, Ubiratã já tinha como sustentação sócio-econômica toda a atividade agrícola, direta ou indiretamente a ela relacionada. Inegavelmente, todos os impulsos de progressos verificados na região do Vale do Piquiri tiveram a presença marcante e sobretudo indispensável da agricultura.

Entretanto, o potencial precisava ser explorado de maneira mais efetiva e ordenada, uma vez que, naquela época, nos idos dos anos 70, muitas eram as dificuldades no sentido da comercialização, transporte e venda dos produtos, principalmente.

Neste sentido, dentro do espírito de união do conjunto dos proprietários rurais, era então fundada a COAGRU - Cooperativa Agropecuária União Limitada. Era dia 13 de setembro de 1975. A Assembléia que formalizou o surgimento da referida cooperativa contou com a presença de 36 agricultores, todos dispostos a vencer as eventuais dificuldades que poderiam existir, mas principalmente confiantes de que, com a participação de cada um, os benefícios seriam muitos, o que permitira o fortalecimento do setor, ampliando as bases de crescimento.

Nesta primeira década de existência, a COAGRU conquistou o respeito e a credibilidade dos cooperados, que já formam o quadro associativo de mais de 5 mil filiados, bem como da população de Ubiratã e das cidades onde atua (Nova Cantu, Campina da Lagoa). Estes dez anos serviram, fora de qualquer dúvida, para que aquela cooperativa pudesse viabilizar sua filosofia maior: o cooperativismo cujos benefícios provenientes do esforço de cada um retornasse de acordo com as reais necessidades. E isto só é possível face à competência e linha administrativa da COAGRU, que imprimiu um ritmo dinâmico de atuação, sempre em

cincronia com a manifestação dos cooperados.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de requerer o devido e justo registro nos Anais deste Poder Legislativo, a passagem dos dez anos da COAGRU pela sua importância, que consolida cada vez mais no contexto da economia brasileira e do Estado, notadamente na região que está inserida.

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhando expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Diretor Presidente da CAFE do Paraná, solicitando que seja implantado em Londrina o PROGRAMA DE COMPRAS COMUNITÁRIAS, para pessoas de baixa renda.

O citado programa, do FINSOCIAL - objetiva a venda de alimentos básicos à população (arroz, feijão, verduras, etc.) a preços 20 a 25% mais baratos.

Sabemos que é pretensão da CAFE DO PARANÁ, firmar convênios com as prefeituras de cidades de maior porte. No caso, Londrina poderia atender inicialmente 3 mil famílias carentes da periferia, após uma seleção prévia.

Outrossim, queremos cumprimentar a CAFE DO PARANÁ pelo êxito obtido com o programa na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais da Casa do editorial do jornal "O Estado de São Paulo", do dia 13 de setembro do corrente ano, sob o título "Um golpe ameaça as microempresas".

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 206/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Londrina o lote de terras 5-A-2, com área de formato irregular medindo 1.496,31m², destacado do lote 5-A, da subdivisão das chácaras 5 e 6, do Distrito de Warta, do referido Município, registrado sob n. 1/10696, no livro R. Geral, do Cartório Canziani, 2.º Ofício

de Registros de Imóveis daquela Comarca.

Parágrafo Único - O imóvel objeto da presente doação será utilizado para a construção de uma quadra esportiva destinada a Educação.

Art. 2.º - A presente doação fica gravada com a cláusula de inalienabilidade que deverá constar da respectiva escritura pública.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/09/85.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa prende-se ao fato de haver uma crescente necessidade de oferecer-se melhores condições de estudo, bem como proporcionar maior desenvolvimento físico à juventude paranaense, dificuldade essa que será minorada com esta doação, uma vez que a Prefeitura Municipal de Londrina se compromete a utilizar a área em questão para a construção de benfeitorias que venham ao encontro dos anseios da classe estudantil do Distrito da Warta.

PROJETO DE LEI N. 207/85

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor Cecílio do Rego Almeida.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 16/09/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Cecílio do Rego Almeida, nasceu em Óbidos, Estado do Pará, a 31 de janeiro de 1930.

Ainda menino deslocou-se com sua família ao Paraná, onde fixou residência, fazendo deste Estado o seu próprio chão. Aqui obteve sua formação básica vindo a se formar em Engenharia civil, no ano de 1953, pela Universidade Federal do Paraná. Casou-se com Dona Rosa Maria Beltrão de Almeida, com quem veio a constituir numerosa família.

Graças a seu dinamismo, esforço pessoal e capacidade de trabalho, Cecílio tornou-se o empresário paranaense de maior projeção a nível nacional e internacional; pois o grupo C.R. ALMEIDA, hoje extrapola os limites do próprio Estado, lançando seus empreendimentos a fundando suas obras em vários pontos da União, bem como mantendo relações com diversos países: Alemanha, Estados Unidos, União Soviética,

Chile, França, Itália e outros.

Seu alto espírito associativista traduz-se por sua atuação junto a várias entidades a que pertence, tais como: Sindicato dos Engenheiros do Paraná; Associação dos Empreiteiros do Paraná; Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e Associação Rodoviária.

Em reconhecimento a suas realizações, foi distinguido com inúmeros títulos meritórios, tais como: Diploma pelo Mérito-Consagração Pública, conferido pela "SIPIL"- Sociedade Interamericana de Pesquisa e Informações. Em decorrência de seu destaque em atividades relacionadas com a Prevenção de Acidentes, Higiene do Trabalho e Medicina do Trabalho, recebeu do Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social a Medalha de Mérito de Segurança do Trabalho. Recebeu também, a Medalha de Mérito Industrial do Estado do Paraná, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Federação das Indústrias do Estado.

Do mínimo que aqui foi exposto sobre Cecílio, depreende-se da oportunidade do presente plano de Lei, pois, nada mais justo e oportuno que se outorgar o título de Cidadão Honorário Paranaense a tão ilustre cidadão que, embora aqui não tenha nascido, aqui se criou, fazendo do Paraná sua terra, a que tanto ama e para a qual tanto tem contribuído.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito no Grande Expediente. (Ausente). Consulto às Lideranças Partidárias se desejam utilizar-se do seu horário.

O SR.RUBENS BUENO - Senhor Presidente, só quero confirmar a minha presença em Plenário, e declino do horário do Grande Expediente. Não estou ausente da Casa.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa consulta à Liderança do Partido da Frente Liberal se deseja utilizar do seu horário.

O SR.GILBERTO CARVALHO - Está autorizado para o Deputado Gabriel Manoel.

O SR.GABRIEL MANOEL- Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estando analisando a política da Prefeitura de Curitiba, modestamente, Senhor Presidente, dentro da visão de um homem experiente, pelas lutas políticas, achamos sem querer ferir sensibilidades, que Jaime Lerner já é Prefeito de Curitiba, pelo seu passado honrado, pelo seu passado que tem, Senhor Presidente, uma folha de serviço

prestado a esta terra e a esta gente. Nós, da Frente Liberal, tendo o grande líder Ney Braga, que muitas vezes é criticado na televisão por outros homens, que talvez usando de um subterfúgio, deixam de reconhecer a virada que deu o Paraná, quando Ney Braga foi Governador.

Então é neste instante que nós nos sentimos honrados de ter Ney Braga como nosso Líder, o neismo que foi o bem-estar de nossa terra e de nossa gente; um homem que entrou e que saiu por todas as camadas, desde Prefeito a Ministro, a Governador, e honradamente saiu mais pobre do que entrou.

O que me causa espécie, e que talvez nos conforte, é candidato da situação que querem modificar o panorama político; homens que estão no Governo Senhor Presidente e Senhores Deputados há quantos anos e não conseguiram fazer o revertério que hoje eles querem fazer numa promessa danagógica.

Sentimo-nos feridos quando falam que Ney Braga, o homem do Paraná, o homem que deu sua vida pelo bem-estar do Paraná e de sua gente. E é com muita honra que nós temos nosso candidato Jaime Lerner, por intermédio de Ney Braga.

Os homens que não têm mensagem vão à televisão, Senhor Presidente, para procurar deturpar os fatos, três anos conseqüentes da administração participativa e vêm com a balela que não podem restringir o contrato dos empresários de ônibus. Não tem capacidade de administrar uma Prefeitura.

É querer fazer o povo dar o diploma para o povo que não tem consciência. Mas o nosso povo há de votar com o coração e há de votar em Jaime Lerner, porque Senhor Presidente, eles vão à televisão e falam; falam que não é possível retroagir num contrato de quanto anos, se não tiverem capacidade de fazê-lo em três anos passados, como vão fazer agora no apagar das luzes de um Governo que está às portas da falência, principalmente, aqui em Curitiba. Por que não fizeram antes? E a tese do candidato da Situação, nada pode ser mais que a demagogia, nada pode ser mais, Senhor Presidente, que a demagogia. Quando dizem que um contrato, firmado a não sei quantos anos, nós dizemos aos titeres do PMDB, que quem pode mais pode menos, que quem não tem peito para retroagir o contrato, para rescindir uma coisa que está errada, peça demissão do poder. Mudar o que, Senhor Presidente e Senhores Deputados, mudar o que, imprensa do meu Paraná? Mudar ou continuar com a Democracia? Mudar com essa democracia transparente que nada transpareceu até agora. Essa democracia dos homens de 14% da inflação, dos homens que mandam a polícia em todos os seus ní-

veis a coagir os bancários...

O Sr. Paulo Furiatti: Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL: Logo após eu terminar o meu raciocínio.

... os bancários, após os bancários, lutando pela sua reivindicação e lutando por uma falsa demagogia, pelo "canto de sereia" desse Governo transparente. Onde estamos nós, povo do Paraná? Como pode o candidato do PMDB, ir à televisão e falar em transporte coletivo, se eles tiveram três anos e não tiveram peito para rescindi-lo. Dizia um velho amigo meu: "Quem pode mais, pode menos" e onde está o poder desta gente, a não ser a demagogia que esqueceram-se que eles estão no poder, esqueceram-se, Senhor Presidente, que eles estão no poder e que é a derrota transparente, porque Jaime Lerner já é o Prefeito de Curitiba, e nós somos adeptos de Jayme Canet, e se Jayme Canet não for candidato a Governador do Estado, apenas trocamos o sobrenome. Infelizmente, somos obrigados a vir a esta tribuna para refutar as inverdades ditas na televisão.

Como pode, Senhor Presidente, como pode, Senhores Deputados, como pode, imprensa do meu Paraná, um Governo de três anos, não poder rescindir o contrato do transporte coletivo. É o adágio português: "Quem não tem competência, não se estabelece".

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa consulta a Liderança do PFL se deseja utilizar o restante do seu horário. (Declina).

Consulta a Liderança do PDS se deseja utilizar o seu horário. (Declina).

Consulta a Liderança do PMDB se deseja utilizar-se do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 58 Senhores Deputados.

A Mesa registra com satisfação a presença em nosso Plenário, da Senhora Vereadora Alice Dellatorre, de Vera Cruz do Oeste.

A Mesa informa com referência ao requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia de 19 do corrente, do Projeto de Lei n. 25/85, de autoria do Poder Executivo, que adota providências legais para o Conselho Paranaense de Turismo, com nova composição e melhor definição, passe a integrar a estrutura de Secretaria de Estado da Cultura e do Es-

porte e, também, cria o Conselho de Administração da PARANATUR. - As informações dão conta que o referido projeto se encontra na Comissão de Cultura e Esporte. Tendo em vista estar em regime de urgência, a Mesa defere para que entre em pauta, não direto na "Ordem do Dia". O mesmo acontecendo com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja incluído na Ordem do Dia. O Projeto de Lei n. 79/85, de sua autoria, que dá nova redação ao Art. 21 e seu parágrafo único, da Lei n. 7.424, de 17.12.80 (Servidor inativo poderá ter proventos revistos, desde que tenha exercido ou exerça cargo em comissão, na forma que especifica.) - Inclua-se na Pauta.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a inclusão na pauta da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 42/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 80/85, que objetiva a criação do Fundo de Apoio ao Desporto Amador - F.A.D.A., com a finalidade de prover recursos para o fomento do desporto amador, através da Coordenação do Esporte, da Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, baseando-se no Art. 62, do Regimento Interno desta Casa - que se encontra em regime de urgência e está tramitando nas Comissões - A Mesa defere na forma da letra C do art. 106 do Regimento Interno, e inclua-se em pauta para a Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tuguio Setogute, constante do expediente, solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde a partir de 17 de setembro do corrente ano. Inclua-se na Ordem do Dia 17.09.85.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

4ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 321/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que autoriza o Poder Executivo instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. COM EMENDA

DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com EMENDAS DE 3.^a DISCUSSÃO.

Sobre o referido projeto, emendas de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, aprovadas em 3.^a discussão, nos seguintes termos:

OK. Sguava
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
ARTIGO 6.^o AO PROJETO DE LEI 321/84

No art. 6.^o, onde se lê:

"Os projetos a serem financiados pelo FUNCITEC serão analisados tecnicamente pela Secretaria Executiva, pelas Câmaras especializadas e finalmente pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCITEC -";

Leia-se:

"Os projetos a serem apoiados com recursos do FUNCITEC serão analisados tecnicamente pelo CONCITEC."

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

OK. Sguava
EMENDA ADITIVA AO
ARTIGO 5.^o AO PROJETO DE LEI N. 321/84.

§ ÚNICO: "O BADEP perceberá como remuneração pela Função de gestor até 4% (quatro por cento) dos recursos aportados pelo FUNCITEC"..

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Em votação a emenda aprovada em 3.^a discussão. Aprovada.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 85/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que dá nova redação ao Artigo 1.^o da Lei Complementar n. 16, de 09.07.82, mantido seu Parágrafo Único, conforme específica. (Promoções por avanço vertical por habilitação de Professores e Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério.) Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por três sessões, do Projeto de Lei Complementar n. 85/84, de sua autoria. - Aprovado. Fica, portanto, retirado por 3 (três) sessões, o Projeto de Lei Complementar n. 85/84.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 182/84, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que denomina "ISRAEL MARTINS" a Rodovia PR-364, no trecho que interliga os municípios de Guarapuava, passando por Goioxim, Marquinho e Palmital, conforme

específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

O SR. TRAJANO BASTOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência esclarecesse o processo de votação para esclarecimento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa está colocando em votação, em verificação de votação, o Projeto de Lei n. 182/84, de autoria do Deputado Leônidas Chaves, que denomina "Israel Martins" a Rodovia PR-364, o terceiro pela ordem da pauta.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Quero esclarecer, Senhor Presidente, que a Bancada do PDS votará favoravelmente ao projeto do seu companheiro de Partido, Deputado Leônidas Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência coloca em verificação o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Em verificação, tendo em vista que ele, na 1.^a Discussão, foi considerado aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - E qual requerimento Vossa Excelência faz referência?

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - O Deputado Trajano Bastos requereu verificação de votação. A Mesa está procedendo à verificação de votação. Os Senhores Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Como é uma disposição manifesta da Bancada Governista em votar contra o projeto, eu quero declarar que a Bancada da Oposição retira-se do plenário para que não haja número suficiente para votação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa vai proceder à verificação se existe ou não o número. Dezenove Senhores Deputados rejeitam; nove aprovam. Não há quorum para deliberação, apenas para prosseguimento da Sessão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 15/85, de autoria do Deputado NILSO SGUA-

REZI e OUTROS, que declara de utilidade pública a entidade "LAR DOS VELHOS DESAMPARADOS DE LOANDA", com sede e foro no município de Loanda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 30/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESUTTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENGENHEIROS FLORESTAIS" - APEF, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 35/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 72/85), que objetiva revogar o Art. 2.º, da Lei n. 7.550, de 17.12.81, ficando restaurada a redação original do Art. 6.º e de seu Parágrafo Único, da Lei n. 6.407, de 07.07.73. (Composição do Conselho de Administração do IPARDES). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 45/85, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO FEMININA ACÁCIAS DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 95/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PATOBRANQUENSE DO MEIO AMBIENTE - APAMA", com sede e foro no Município de Pato Branco, Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 133/85, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EVANGELINO COSTA NEVES. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Anexado a este o Projeto de Lei n. 139/85, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO). Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 244/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA PAULA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 92/84, de 25.09.84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 244/84

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado Edmar Luiz Costa com a finalidade de declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Santa Paula, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, já foi examinada por esta Comissão no mês de novembro de 1984, quando se constatou a omissão de um dos itens da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Examinando-o novamente, constatamos o cumprimento de todas as exigências legais, razão pela qual opinamos favoravelmente por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 07 de agosto de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente e Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 257/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo implantar a Rede Estadual de Oficinas de Orientação para o Trabalho no Estado do Paraná, destinado a atender aos Menores Carentes, na faixa de 12 a 18 anos de idade e dá outras providências. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 98/84, de 03.10.84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 257/84

O presente projeto de lei de autoria do dinâmico parlamentar Osvaldo Alencar Furtado, prevê a implantação de oficinas de orientação para o trabalho junto à rede estadual de ensino. Estabelece o plano de lei que o contido no art. 1.º deverá ser objeto de regulamentação no prazo de trinta dias após a publicação da lei.

O ilustre relator, Deputado Gilberto Carvalho entende que o projeto está em condições de ser submetido ao Plenário inexistindo óbices constitucionais.

"Data venia", o projeto de lei é inconstitucional, pois a aprovação, do mesmo implicará no aumento da despesa pública e, por isso, a iniciativa de propor o ato legislativo é da competência exclusiva do Poder Executivo.

Voto pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, 27 de março de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator

PARECER

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

O presente plano de lei, de autoria do eminente Deputado Osvaldo Alencar Furtado, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a implantar a Rede Estadual de Oficinas de

Orientação para o Trabalho.

Embora a manifestação contrária da Comissão de Constituição e Justiça, a iniciativa deve merecer todo o apoio desta comissão e a Assembléia Legislativa pois, indiscutivelmente, se prosperar, minorará o grave problema do menor carente em todas as faixas.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões,

(aa) RUBENS BUENO - Presidente
EZEQUIAS LOSSO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 275/84, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que declara de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE SÃO PEDRO DO PARANÁ", com sede e foro no município de São Pedro do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 105/84, de 16.10.84).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 275/84**

PARECER:

O Projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, declara de utilidade Pública a "GUARDA MIRIM DE SÃO PEDRO DO PARANÁ", com sede e foro no Município de São Pedro do Paraná.

A matéria encontra-se de conformidade com as exigências da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Por outro lado, a entidade reconhecidamente presta relevantes serviços à comunidade, tendo já merecido tal reconhecimento público através da Lei municipal n. 002/84, de 17 de abril de 1984.

Conclui-se, portanto, que o referido projeto de lei não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental, estando em condições de prosseguir o seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ODENI MONGRUEL - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.05/85, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ANTONIO E MARCOS CAVANIS", com sede e foro no Município de Castro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 07, de 06.03.85.)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 05/85**

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa tem por finalidade declarar de utilidade pública a

Associação Antônio e Marcos Cavanis, com sede e foro no município de Castro.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
IVAN GUBERT - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 28/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL OFICINA - ASSEDOF", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 21, de 01.04.85).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 28/85**

PARECER:

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado PAULO FURIATTI, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação Educacional Oficina" - ASSEDOF, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ROBERTO REQUIÃO - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 41/85, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que denomina "ALVARO GODOY" a estrada que liga o Distrito de São Luiz, no Município de Londrina, à PR-445 (Rodovia Celso Garcia Cid). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 24, de 10.04.85).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 41/85**

PARECER:

O Projeto de Lei n. 41/85, ora em análise, de autoria do nobre Deputado Fiori Luiz, objetiva denominar de "ALVARO GODOY"

a estrada que liga o Distrito de São Luiz, no Município de Londrina, à PR-445 (Rodovia Celso Garcia Cid).

Atendendo a presente iniciativa ao que preceitua o Artigo 123, do Regimento Interno e não havendo óbice legal, somos pela aprovação da mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ODENI MONGRUEL - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 47/85, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de Utilidade Pública a "CRECHE RECANTO PAULO VI", com sede e foro no Município de Guaratuba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 25, de 11.04.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 47/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Nobre Deputado NELSON BUFFARA tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Creche "Recanto Paulo VI", com sede e foro no município de Guaratuba.

Encontra-se o processado devidamente exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ROBERTO REQUIÃO - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 52/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA VILA PINTO", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 27, de 16.04.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 52/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores da Vila Pinto, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n.

6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ODENI MONGRUEL - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 65/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 93/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar à Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, a área de terreno com 1.134.22 m², denominada "Reserva H", localizada na cidade de Cascavel, objeto da Transcrição sob n. 33.210, do Livro -BC, do 1.^o Ofício de Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 34, de 06.05.85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 65/85

PARECER:

O presente plano de lei, Mensagem Governamental n. 93/85 pretende autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, a área de terra com 1.134,22 m², denominada "Reserva H", localizada na confluência das Avenidas Piquiri a Barão do Rio Branco e Rua Pará, da cidade de Cascavel e que se constitui objeto da Transcrição número 33.210, do Livro 3- BC, do 1.^o Ofício de Registro de Imóveis da Comarca.

Gravando com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade o referido imóvel.

A Mensagem Governamental justifica dizendo que tal medida consulta plenamente aos superiores interesses da Administração.

Em anexo a mesma, a cópia de ofício ao Senhor Secretário da Agricultura confirmando à conveniência e oportunidade da medida.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, nada temos a opor a normal tramitação da mesma pelos demais órgãos desta Casa.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
MÁRIO PEREIRA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 67/85,

de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que dá nova Redação ao artigo 3.º da Lei n. 7.231 de 24.10.79. (Proíbe a transferência a terceiros da área que especifica, podendo o Município de Rio Azul doar à SANEPAR, 900 m² (novecentos metros quadrados). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão (Public. no D.A. 36, de 08.05.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 67/85

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de iniciativa do nobre Deputado Antônio Annibelli, altera a redação do artigo 3.º da Lei n. 7.231, de 24 de outubro de 1979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Azul, o imóvel que especifica.

a intenção é permitir a transferência para a SANEPAR, na forma de doação, de parte do imóvel, pela Prefeitura Municipal de Rio Azul.

A medida conta com a anuência da municipalidade, que em documento encaminhado para esta Casa de Leis justifica as razões para a referida doação. Conforme o citado documento: "o terreno foi doado pelo Estado ao Município e agora, através deste, parte dele retornará para uma companhia de economia mista, que presta um serviço indispensável à população".

Sob o ponto de vista constitucional, legal e regimental não existe qualquer impedimento para que a matéria prossiga o seu trâmite e seja levada para apreciação pelo Plenário.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
MÁRIO PEREIRA - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 82/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA AMÉLIA BOUDIET, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 42, de 20.05.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 82/85

PARECER:

O Deputado Edgard Pimentel pretende, com o presente Projeto de Lei, declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA "AMÉLIA BOUDIET", com sede e foro nesta Capital.

A referida entidade tem como finalidade principal o amparo à maternidade e a infância em condições de comprovada pobreza. A mesma encontra-se em pleno funciona-

mento, atendendo as determinações para as quais foi criada e seu desempenho junto à comunidade curitibana tem sido de maior relevância.

A matéria cumpre o disposto na Lei Estadual n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a declaração de Utilidade Pública por parte do Poder Legislativo.

Assim sendo, não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental, que não permita o trâmite do referido Projeto de Lei.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável ao mesmo, opinando pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
TRAJANO BASTOS - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 86/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "CASA DE OXALÁ", com sede e foro, no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 45, de 23.05.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 86/85

PARECER:

A presente proposição de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Casa de Oxalá, com sede e foro nesta Capital.

Do exame da documentação que acompanha o presente Plano de Lei, constatamos que o mesmo preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula em nosso Estado, normas para a declaração de Utilidade Pública.

Isto posto, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
e Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 87/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual a "ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E À INFÂNCIA", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 46, de 27.05.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 87/85.

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Rubens Bueno, o presente plano de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "Associação Curitibana de Proteção a Maternidade e à Infância, com sede e foro

nesta Capital.

A justificativa apresentada pelo nobre autor, bem como também a vasta documentação que acompanha a matéria, nos convence de a entidade em epígrafe preenche os requisitos legais, exigidos pela Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ODENI MONGRUEL - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projto de Lei n. 89/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA CANTU", com sede no Município de Nova Cantu e foro na Comarca de Ubiratã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 46, de 27/05/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 89/85

PARECER:

O presente Plano de Lei n. 89/85, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Cantu, com sede no Município de Nova Cantu, e foro na Comarca de Ubiratã.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence de sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 13/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 91/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que regulamenta a requisição, compra de passagens aéreas, pagamento de fretes aéreos, domésticos e internacionais efetuados pelo Poder Público Estadual, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 47, de 28.05.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 91/85

PARECER:

O projeto de lei em exame, de iniciativa do nobre Deputado Roberto Requião, regulamenta a requisição, compra de passa-

gens aéreas, pagamento de fretes aéreos, domésticos e internacionais efetuados pelo Poder Público Estadual, assegurando que só poderão ser feitas diretamente junto às empresas brasileiras transportadoras ou por intermédio de agências de turismo registradas na EMBRATUR.

A medida possui elevado alcance econômico e social, pois busca prestigiar as empresas nacionais. Além disso, a matéria encontra semelhança com dispositivo já existente na Administração Federal.

No que se refere aos aspectos constitucionais, legal e regimental, objeto da apreciação desta douta Comissão de Constituição e Justiça, não existe impedimento de qualquer natureza ao trâmite do projeto de lei em questão.

Assim sendo, cabe-nos manifestar o nosso parecer favorável ao mesmo, opinamos pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 07.08.85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
TRAJANO BASTOS - Relator.

1.^a DISCUSSÃO- do Projeto de Lei n. 103/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que denomina "ESCOLA ESTADUAL TREOFÂNIO AGAPITO MALTEZZO", o estabelecimento de ensino de 1.^o Grau da Cidade de Cafelândia, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 54, de 11.06.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 103/85.

PARECER:

O nobre Deputado Edgard Pimentel, através de Projeto de Lei de sua autoria que leva o número de 103/85, sugere que seja denominada "Escola Estadual Treofânio Agapito Maltezzo" o estabelecimento de ensino de 1.^o Grau na cidade de Cafelândia.

Analisando a proposta conclui-se que não há impedimento legal para aprovação da mesma.

Por outro lado, a justificativa que acompanha o citado plano de lei convence plenamente do acerto e justiça de tal medida.

Portanto, o Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 105/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que denomina de "JOÃO TAVARES DA SILVA", a estrada que liga Warta-Bela Vista do Paraíso - Primeiro de Maio. (PR-445), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 55, de 12.06.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 105/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, tem por objetivo denominar de "João Tavares da Silva" a estrada que liga Warta-Bela Vista do Paraíso - Primeiro de Maio.

Tratando-se de rodovia estadual (PR-445), não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional para a sua normal tramitação.

Estando devidamente justificados os motivos que levaram o autor do Projeto de Lei n. 105/85 a prestar essa justa homenagem, opinamos FAVORAVELMENTE À SUA APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 13.08.85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 106/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA-AFSEAG/PR.", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Public. no D.A. 55, de 12.06.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 106/85

PARECER:

O presente Plano de Lei n. 106/85 de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários da Secretaria de Estado da Agricultura - AFSEAG/PR., com sede e foro na cidade de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação, pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence de sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 107/85, de autoria do Deputado NELSON GUIMARÃES VASCONCELLOS, que autoriza o Poder Executivo doar o imóvel constituído pela Data n. 11, Quadra 11, Zona 02, com área de 523,80 m², localizado na cidade de Umuarama, à Prefeitura Municipal de Umuarama, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 55, de 12/06/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 107/85

PARECER:

O projeto de lei em apreciação é de autoria do nobre Deputado Nelson Guimarães Vasconcellos e autoriza o Poder Executivo a doar imóvel urbano de sua propriedade na cidade de Umuarama, conforme especifica.

O referido imóvel encontra-se sem qualquer destinação pelo Estado, sendo ocioso ao Poder Público. Por outro lado, existe o maior interesse da municipalidade umuaramense em utilizá-lo para a realização de obras.

Aliás, este interesse já foi manifestado pelo Prefeito Municipal daquela cidade, conforme o Ofício n. 266/85, encaminhado ao Senhor Governador do Estado.

Assim sendo, não havendo qualquer impedimento ao trâmite da matéria, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

TRAJANO BASTOS - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 108/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terras de propriedade do Estado, localizado na cidade de Andirá, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. 56, de 13/06/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 108/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a permutar o imóvel de propriedade do Estado constituído por área de terras que especifica, localizado no município de Andirá.

O plano de lei está devidamente justificado, nos termos do Regimento Interno, e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nos termos do Art.21, item VIII, letra "C", da Constituição Estadual é de competência desta Assembléia Legislativa, autorizar a concessão, alienação ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07/08/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

MÁRIO PEREIRA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 113/85, de autoria do Deputado HERMAS

BRANDÃO, que denomina de "DEPUTADO LUCIO MACHADO", a Rodovia PR- 424 que liga o Município de Itararé ao Município de Siqueira Campos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n. 57, de 17.06.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n. 113/85

Com o presente plano de lei, pretende o ilustre Deputado Hermas Brandão denominar de "Deputado Benedito Lúcio Machado", trecho da Rodovia PR.424, que liga os Municípios de Salto do Itararé, à Siqueira Campos.

Analizando preliminarmente o mérito da questão, entendemos que a homenagem pretendida pelo nobre autor é justa e merecida, pois "Dito Lúcio", como era conhecido por todos seus amigos e correligionários, sempre lutou pelo engrandecimento do Paraná, principalmente pelo norte pioneiro; região que ele bem representava neste Poder, quando a morte o levou.

Quanto a parte legal e constitucional, não encontramos óbice que possa impedir sua tramitação normal por esta Casa.

Nosso parecer é favorável, opinando-se por sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1985
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente
IVAN GUBERT
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 116/85, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que autoriza o Poder Executivo a doar a área de terra de propriedade do Estado, ao Município de Piên, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n. 58, de 18.06.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n. 116/85

O presente plano de lei de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, pretende doar ao Município de Piên, Comarca de Rio Negro, área de terra com 2.000 m², de propriedade do Estado, havido por doação gratuita de Manoel Alves Procópio e sua mulher, conforme Registro Geral de Imóveis n. 1864, fls. 130 e 131, livro 3-A, da Comarca de Rio Negro.

O presente imóvel deverá ser destinado para a construção da sede da Prefeitura Municipal do referido município e ficará gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Em se tratando de um Projeto autoriza-

tório, no âmbito desta Comissão, nada há que possa obstar a normal tramitação do mesmo pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é pela Aprovação do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1985
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente
IVAN GUBERT
Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Zanlorenzi, ocorrido no dia 11 de setembro do corrente ano, no Município de Campo Largo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Bezerra Guedes Filho, ocorrido no Município de São João do Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de um posto de saúde no Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a doação de medicamentos para o posto de saúde do Distrito Administrativo de Salles de Oliveira, no Município de Campina da Lagoa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da CAFE do Paraná, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a implantação do Programa de Compras Comunitárias, no Município de Londrina para pessoas de baixa renda. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constata do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial do jornal "O Estado de São Paulo", sob o título "Um golpe ameaça as microempresas". Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na

forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 10.^o aniversário de fundação de Coagru- Cooperativa Agropecuária União Limitada, do Município de Ubatuba. Encerrada a discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu gostaria de indicar, Senhor Presidente, para compôr a Comissão Especial de Emendas à Constituição, Deputados Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César e Orlando Pessuti, pela Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa fará a anotação.

E solicita da liderança do PDS que faça a indicação do membro da sua bancada para esta Comissão Especial de Emendas para a Constituição.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.s 182/84, 15/85, 30/85, 35/85, 45/85, 95/85 e 133/85.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.s 244/84, 257/84, 275/84, 05/85, 28/85, 41/85, 47/85, 52/85, 65/85, 67/85, 82/85, 86/85, 87/85, 89/85, 91/85, 103/85, 105/85, 106/85, 107/85, 108/85, 113/85 e 116/85.

DISCUSSÃO ÚNICA - Do requerimento de autoria do Deputado Tuguio Setogutte, solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde.

Levanta-se a sessão.